

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS**

Eliane Gonçalves Noronha

Cibele Lemes Pinto

Escola Municipal Amanda Carneiro Teixeira

[elianenoronha75@gmail.com](mailto:elianenoronha75@gmail.com)

[cibelpinto@yahoo.com.br](mailto:cibelpinto@yahoo.com.br)

Para que se possa falar em educação especial e educação inclusiva, é fundamental que se reflita a história, atitudes e formas de vida em sociedade e os produtos de escolhas culturais que atendam as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época.

Nos séculos XVI e XVII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Para mudar esta situação começaram a surgir as primeiras experiências positivas: O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), que em meados do século XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a Educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito ele é reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

No final do século XVIII e início do século XIX inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, e é a partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial. Essa Educação acontecia em escolas fora das povoações, argumentando que o campo lhes proporcionaria uma vida mais saudável e alegre. Desta maneira se tranquiliza a consciência coletiva, pois estava a proporcionar cuidado e assistência para quem necessitava, protegendo o deficiente da sociedade sem que esta tivesse de suportar o seu contato.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições.

Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas.

No panorama mundial, a década de 50 foi marcada por discussões sobre os objetivos e qualidade dos serviços educacionais especiais. Enquanto isso, no Brasil acontecia uma rápida expansão das classes e escolas especiais nas escolas públicas e de escolas especiais comunitárias privadas e sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria destes eram públicos em escolas regulares.

As mudanças sociais, ainda que mais nas intenções do que nas ações, foram se manifestando em diversos setores e contextos e, sem dúvida alguma, o envolvimento legal nestas mudanças foi de fundamental importância. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar enquanto preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. Esse novo paradigma surge como uma reação contrária ao processo de integração. Assim, o movimento pela inclusão no Brasil cresceu e passou a centralizar a atenção de educadores e outros profissionais, ligados ou não à pessoa com deficiência em concordância no ideal de que inclusão refletia oposição à exclusão.

### **Conceito de Educação Especial**

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas.

É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento.

### **Conceito de Educação Inclusiva**

É um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

### **Aproximações e convergências**

<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>
--------------------------	---------------------------

<ul style="list-style-type: none"> <li>●prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●ressignificação da educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●buscar adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●provisão de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●o rompimento de barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários a sua capacitação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>●implantação de salas de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●garantia de um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida.</li> <li>●capacitar à escola para atender a todos os alunos.</li> <li>●garantia de apoios e serviços</li> </ul>

Apesar de todo o discurso que cerca a educação especial e inclusiva, continuamos homogeneizando comportamentos e culturas, estamos presos nas amarras de velhos paradigmas que nos remete ao preconceito em relação ao que é diferente. A discussão sobre as diferenças demanda uma concepção de igualdade para que se possa pensar no eu e no outro na sociedade. E, para efetivar as possibilidades para uma educação inclusiva é preciso se ressignificar enquanto pessoa rompendo barreiras.

## **A Inclusão e o seu cenário**

Podemos dizer que no Brasil existem concomitante dois modelos de escolas primeiro a inclusiva e as demais escolas.

A educação para todos está relacionada às políticas sociais, a distribuição de renda, ao acesso diferenciado dos bens materiais e a cultura, entre outros.

Hoje com a globalização exige dos trabalhadores capacidade de aprendizagem e de resolução de problemas, flexibilidade, versatilidade para realizar tarefas em constante processo de modificação. É valorizada, a iniciativa pessoal, a capacidade de trabalhar em grupos, a capacidade de comunicação oral e escrita.

A educação apresenta – se como uma condição básica para o desenvolvimento humano que incide na qualidade da força do trabalho. A educação moderna define seus objetivos em termos de competências a serem adquiridas pelos alunos. A melhor escola é aquela que oferece um ensino de qualidade e habilidades para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Neste contexto as escolas não conseguem atingir seus objetivos propostos. Nessa caracterização alunos que se afastam levemente dos padrões aceitáveis, cujo comportamento, desempenho ou necessidades de recursos especiais tornam-se indesejáveis nas salas de aulas.

No processo de educação formal se realiza um modo particular de forma tal que durante o percurso uma parte dos alunos é promovida e atravessam os vários níveis, outra é marginalizada, excluída, ocorre isto porque a escola é uma instituição rígida e tem dificuldades de aceitar e trabalhar as diferenças. “O principio da Inclusão Escolar é

a certeza de que Todos têm o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças (PAROLIN, p. 29).

Um dos motivos é que a escola tem necessidade de produzir resultados, promover alunos num menor tempo possível, garantir um desempenho mínimo nas tarefas exigidas, conhecimento dos conteúdos mínimos estabelecidos. Desse modo a convivência entre os alunos diferentes em gêneros, idades, e níveis de instrução, origens sociais, econômicas, culturais, formas de comportamento, tipos de deficiências ou talentos, curiosos, conspira-se contra a realização dos objetivos da escola.

O funcionamento e o discurso da inclusão e da educação para todos passam por um contexto de qualidade, competitividade e eficiência.

De acordo com a declaração de Salamanca na qual se lê, que o direito as pessoas a educação independente de diferenças particulares.

A declaração explícita que a escola deve oferecer serviços adequados para atender a diversidade da população. Segundo a declaração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtudes de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados ( BRASIL, 1996<sup>a</sup>, p. 150)

Portanto, o papel da escola é organizar-se para atender aos alunos e o oferecer uma terminalidade quando necessário. Todo o aluno tem direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais. “As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional”. (PACHECO, p. 15).

Uma escola inclusiva tem suas vantagens. É igualitária, respeita e é promovida com valor para a sociedade, com resultados visíveis da paz social e da cooperação, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossa escola, para proporcionar aos alunos as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade, portanto a segregação não pode ser justificada, a escola inclusiva ela é difusa da igualdade como valor universal.

No entanto o discurso da escola inclusiva se contradiz a realidade educacional, pois as características das escolas, são salas super lotadas, instalações físicas insuficientes, docentes cuja formação deixa a desejar.

A lei nº 7.853,1999 reafirma a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e define como crime o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar a inscrição de alunos em estabelecimento público ou privado por motivo de deficiência.

No entanto muitos alunos ainda dependem de suas famílias para criar condições necessárias de apoio à educação escolar, o que é comum são alunos com necessidades especiais, viverem no interior das salas abandonadas só contando em ser mais um da sala. Em termos de acesso, permanência, natureza dos serviços educacionais tem deixado a desejar. “A exclusão na escola e na sociedade acontece não somente com as crianças especiais, mas com todas as crianças que se diferenciam do grupo (...).” (CORNELSEN, p. 194).

As desigualdades sociais, a justiça social está longe de ser efetivada, o que evidencia é a exclusão social.

A escola inclusiva não é um processo fácil, e as mudanças estão ocorrendo gradativamente e não acompanham a legislação da educação. O que se vê é uma posição de resistência e tolerância ao que é diferente no interior das escolas.

A escola inclusiva é um desafio, pois os sistemas pouco ou nada fazem, a inclusão exige modificações profundas, que demandam ousadia, prudência, política efetiva, oferecendo as crianças com deficiência educação de qualidade para que seja uma escola única e democrática. (BUENO, 2001, p. 27).

A escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como norte questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois

ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades.

## **Referências**

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC – SEF/Seesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. CNE: Brasília, 2001.

BUENO, J.G.S. “A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular”. **Temas sobre o Desenvolvimento**. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

